

Realismo Democrático

Perdeu muito o Brasil nas duas crises do petróleo diante da falta de autoridade dos governos para convocar a sociedade a repartir os sacrifícios impostos por um choque econômico externo. Tudo porque houve um tempo em que se confundiu o princípio da autoridade com o autoritarismo, que nunca deu autoridade a ninguém. Esta se conquista na democracia, pela efetiva credibilidade do governo perante a sociedade.

Chegou-se a conceber um Brasil "ilha de tranquilidade num mundo em recessão". Deu no que deu: o Primeiro Mundo está próspero e sólido, e o Brasil atravessou os anos 80 como uma "década perdida". Eleito por 35 milhões de votos, o presidente da República tem autoridade suficiente para alertar a população sobre os sacrifícios necessários, como a economia voluntária, para enfrentar a alta de mais de 50% nos preços do petróleo nos últimos 30 dias e evitar o racionamento.

Com o reajuste de ontem, combustíveis como a gasolina, o óleo diesel e o gás de bujão já aumentaram três vezes, totalizando mais de 28% desde que se instalou a crise no Golfo Pérsico, com a invasão do Kuwait pelo Iraque, e a nafta aumentou agora 35%, diminuindo o subsídio à petroquímica. Não são aumentos desprezíveis quando comparados às atitudes de avestruz de governos anteriores, e se se leva em conta o impacto — mais psicológico que direto — desses reajustes no esforço de derrubada da inflação. Isso demonstra a coragem e o realismo do atual governo para enfrentar problema que afeta todas as economias do mundo.

O presidente Collor definiu claramente os reflexos gerados pela nova crise do petróleo e a contribuição que cada um poderá dar em termos de economia de combustíveis. O governo está fazendo a parte que lhe cabe: já encontrou fontes de suprimento para substituir o petróleo do Iraque e do Kuwait; reajustou os preços internos na medida do possível, mesmo sabendo das maiores dificuldades no front da inflação; e cuida de desenvolver fontes alternativas para economizar combustíveis.

A retomada do Proálcool mostra a grande diferença em relação a tudo que se fez antes. Ele não é mais encarado como panacéia, como salvação da crise do petróleo. Quando muito, teria sido a salvação da indústria automobilística nacional e da lavoura canavieira. Mas custou muito caro para todos a manutenção dos altos subsídios de um programa que responde apenas por 4% da geração de energia em todo o país.

Não seria realista, porém, desprezar os avanços proporcionados pelo Proálcool. Em primeiro lugar, em respeito aos direitos de cidadania dos quatro milhões e meio de proprietários de carro a álcool, que não podem mais ser submetidos ao vexame de ficarem sem combustível ou de madrugar nas filas dos postos para abastecer os carros que foram induzidos a comprar pela propaganda oficial. O papel da agro-indústria do álcool como geradora de empregos e riqueza também recomendaria a reativação do programa sem os vícios do passado, sobretudo pela sua função sócio-econômica em diversas regiões do país.

Produtividade é a palavra-chave de uma economia submetida à concorrência plena pelos ventos da abertura. E ela foi aplicada corretamente ao Proálcool pelo presidente da República. Os usineiros que quiserem lucrar com o álcool que não se fiem nos subsídios que beneficiavam mais o aumento da área plantada do que a tonelagem de cana por hectare. Com o aproveitamento de um importante resíduo que era desperdiçado — o bagaço, que representava cerca de 30% da produção — o custo geral do Proálcool poderá ser reduzido na mesma proporção, com a geração adicional de energia elétrica e de lucro para os usineiros, sem necessidade de tão freqüentes reajustes do álcool na bomba do posto.

O Brasil tem um imenso potencial para vencer desafios, mas eles devem ser vencidos sem que o sacrifício de muitos implique o benefício de poucos. Essa a mensagem que o presidente passou à nação em Alagoas.